



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DE SUAS CATEGORIAS ENTRE 1995 E 2006

HENRIQUE DANTAS NEDER;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - MG - BRASIL

hdneder@ufu.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

Estrutura do Mercado de Trabalho Agrícola no Brasil: uma análise descritiva da evolução de suas categorias entre 1995 e 2006

Grupo de Pesquisa: 7- Agricultura Familiar e Ruralidade.

Resumo

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a estrutura ocupacional relacionada às atividades agropecuárias do Brasil, dando especial destaque as atividades não remuneradas. Foi observado que no período 1995 a 2006 ocorreu uma significativa elevação da participação relativa dos trabalhadores na produção para o próprio consumo na composição dos ocupados em atividades agropecuárias. O trabalho concentrou-se na caracterização das formas não remuneradas de trabalho agrícola. Identificou-se que praticamente 30% do esforço ocupacional (medido em termos de quantidade de horas acumuladas de trabalho) em atividades da agropecuária estão concentrados em formas ocupacionais não remuneradas. Além disso vem se observando uma redução do número médio de horas trabalhadas com exceção de algumas posições na ocupação (produção para o próprio consumo) e algumas atividades. Finalmente, destacam-se as relações (associações de correspondências) existentes entre formas ocupacionais e atividades da agropecuária.

Palavras chave: mercado de trabalho agrícola, análise de correspondências, PNAD, ocupações agrícolas, produção agrícola familiar.

Key-words: farm work market, correspondence analysis, Production of agricultural families.

Abstract

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

This study has its main goal to analyze the occupational structure related to farming activities in Brazil, focusing in unpaid activities. It was observed that in the period from 1995 to 2006 there was a significant increase in participation of workers on the production for self consumption in the composition of occupied workers in farming activities. The work focused on the characterization of the unpaid agricultural work types. It was identified that nearly 30% of the occupational effort (measured in terms of accumulated amount of worked hours) in farming activities are concentrated in unpaid occupational forms. Furthermore it has been observed a reduction in the average number of hours worked with the exception of some positions in the occupation (production for own consumption) and some activities. Finally, it is emphasized the relations (correspondence associations) existing between occupational forms and activities on farming.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais características do mercado de trabalho agrícola no Brasil tentando identificar eventuais potencialidades em termos de incorporação da força de trabalho disponível (PEA agrícola). Iremos nos concentrar nas categorias ocupacionais não remuneradas, tendo em vista que estas são provavelmente as que maiores possibilidades têm em termos de elevação da mão-de-obra ocupada na agricultura. O fenômeno da desocupação e sub-ocupação nas atividades agrícolas não é de fácil definição e mensuração, dado que a proeminência do trabalho familiar na agricultura torna pouco clara a identificação de aspectos de subutilização da força de trabalho.

O desemprego aberto é um conceito que só pode ser aplicado às categorias assalariadas do mercado de trabalho agrícola e isto torna de menor importância a sua aplicação devido ao pequeno montante relativo, como veremos a seguir, destas categorias. Para tornar ainda mais obscuro este aspecto do problema, vemos que a mão-de-obra familiar mesmo não sendo ocupada em trabalho assalariado pode apresentar elevada taxa de utilização de sua capacidade produtiva. As atividades (e ocupações) não remuneradas na agricultura referem-se a um grupo bastante heterogêneo, com características bastante distintas em termos de setores de atividades e níveis de renda monetários das famílias assim como no número de horas normalmente trabalhadas durante a semana.

Pode-se dizer que muitas ocupações não remuneradas na agricultura têm um rendimento imputado. No caso das ocupações não remuneradas propriamente ditas¹

¹ De acordo com o IBGE Manual de Entrevista – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1998) são classificadas as seguintes categorias de trabalhadores não remunerados: (1) trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar – pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado na produção de bens primários, conta-própria ou empregador; (2) outro trabalhador não remunerado – pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo ou como aprendiz ou estagiário e (3) trabalhador na produção para o próprio consumo – pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora por semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura,

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

(aquelas voltadas para a produção de produtos agropecuários voltados para a venda nos mercados) a renda monetária familiar auferida é um indicador da potencialidade produtiva desta categoria. No caso das ocupações voltadas para o auto-consumo, o rendimento não monetário é um elemento de marcante peso e importância no seio da agricultura familiar de diversas regiões do país, concentrando-se mais fortemente nas áreas mais pobres e que precisariam mais ser dinamizadas.

Por um lado pode-se observar um avanço das relações de assalariamento nas atividades agrícolas frente à produção essencialmente familiar. Por outro lado, podemos também ver que as categorias ocupacionais não mercantilizadas podem representar um importante fator de dinamização do mercado de trabalho agrícola, tanto em termos de sua ocupação em trabalhos formais com também voltado para novas oportunidades ocupacionais dentro do âmbito da unidade produtiva familiar. Com isto indicamos que a elevação da taxa de ocupação agrícola pode ocorrer também sobre o próprio contexto da agricultura familiar sem necessidade de integração direta com os segmentos assalariados.

Voltemos ao ponto principal que nos atem neste trabalho. É possível as categorias não remuneradas representarem potencialidades de ampliação no uso de sua capacidade produtiva? Estaria, por exemplo, o produtor para o consumo próprio mais contribuindo para o bem estar da unidade produtiva ao abandonar este tipo de atividade voltando-se, sobretudo para atividades que gerem rendimentos monetários, mesmo que reduza o seu grau de autonomia? De que forma a mão-de-obra não remunerada poderia contribuir mais para o nível de produção voltada para os mercados nas unidades produtivas familiares?

Porque o nível de demanda por trabalho é relativamente baixo para os trabalhadores voltados para a produção para o auto-consumo dado que a sua jornada de trabalho é bastante limitada? Com veremos adiante esta categoria é basicamente formada por mulheres (particularmente cônjuges do responsável pelo domicílio) evidentemente também ocupadas em atividades domésticas interiores a família. No entanto observações empíricas diretas mostram que em algumas regiões do país estas categorias demandam fortemente ocupações externas.

Outra questão fundamental refere-se à distinção existente entre os trabalhadores agrícolas residentes nas áreas rurais e aqueles residentes nas áreas urbanas. Estariam estes grupos convergindo em termos de suas características ocupacionais referentes à sua composição demográfica, setorial, rendimentos médios, níveis de ocupação, etc.? A nossa hipótese é que apesar de um movimento de convergência influenciado pela redução das distancias cidade-campo, ainda restam muitas distinções.

2. Um “mapeamento” ocupacional das atividades agrícolas recentes no Brasil

Iniciaremos o trabalho com um “balanço” quantitativo geral das ocupações agrícolas no Brasil. Pela Figura 1, observa-se que o Brasil contava em setembro de 2006 com uma população economicamente ativa rural (PEA rural) formada por um

pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



contingente de 17,466 milhões de pessoas e uma população não economicamente ativa de 7,726 milhões de pessoas. Esta PEA rural pode ser desmembrada em três grandes grupos: os ocupados rurais na agropecuária que somam 12,283 milhões de pessoas, os ocupados rurais não agrícolas que perfazem um grupo de 4,806 milhões de pessoas e os chamados desocupados rurais que totalizam 532 mil pessoas. Sobre este último contingente salientamos que foi estimado com base no critério adotado atualmente pelo IBGE e que se apóia em recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a nosso ver subestima sobremaneira o grau de desocupação (aproximadamente o nível de desemprego aberto) nas áreas rurais. A OIT considera como ocupado o trabalhador que exerceu uma atividade com mais de 2 horas semanais. Veremos adiante que muitos destes desocupados demandam o mercado de trabalho, além de possuírem níveis ocupacionais bastante limitados em termos de número de horas semanais trabalhadas.

Podemos verificar que pela vertente urbana temos, proveniente da PEA urbana, um grupo de 5,160 milhões de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e que residem em cidades. Este último contingente somado ao grupo dos ocupados na agropecuária residentes em áreas rurais resulta em um total de 17,443 milhões de pessoas ocupadas no “setor”. Este número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias é praticamente equivalente ao montante de ocupados nas áreas rurais (12,283 milhões agrícolas + 4,806 não agrícolas = 17,089 milhões). Portanto, apesar da cisão das atividades rurais entre atividades agrícolas e não agrícolas, sem considerar o local de moradia as primeiras representam uma importância equivalente a PEA ocupada rural.

O setor “agrícola” ainda é um relevante absorvedor de força de trabalho ocupada independente da origem de moradia desta mão-de-obra. É como se houvesse uma troca (ou compensação) de ocupações da PEA rural entre a “cessão” de ocupações rurais da agricultura para as ocupações rurais não agrícolas e o preenchimento desta deficiência com as ocupações urbanas agrícolas. Evidentemente estas últimas existiam fortemente muito antes de se pronunciarem as crises contemporâneas do emprego agrícola. Veremos adiante que a conformação destes ocupados urbanos na agricultura situa-se basicamente em pequenos municípios de características preponderantemente rurais.

No período 1995 a 2006 verificamos que a PEA rural praticamente se manteve constante em termos absolutos enquanto a População Não Economicamente Ativa (PNEA) rural cresceu a uma taxa de 1,36 % ao ano. Observou-se também um decréscimo médio de -0,98 % ao ano no período para os ocupados rurais em atividades da agropecuária e de 0,50 % ao ano para os ocupados urbanos nestas mesmas atividades. Deve-se destacar também o elevado crescimento dos desocupados residentes em áreas rurais (5,91 % ao ano).

Não podemos definir facilmente uma taxa de desocupação na agricultura. Podemos simplesmente estimar, com todas as limitações do conceito empregado e apontadas anteriormente, uma taxa de desocupação da PEA rural. Esta seria a relação existente entre o total de desocupados nas áreas rurais (532.437) e o total da PEA rural (17.466.153). Isto resultaria em uma cifra de 3,04 %. Como mencionado, este valor se refere ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola em áreas rurais. Evidentemente este é um indicador que não se refere a uma taxa de desemprego aberto e também a uma



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



taxa de subutilização da força de trabalho tal como é a realizada pela metodologia adotada pelo DIEESE em áreas urbanas.

Este reduzido e certamente subestimado valor é um indicativo das dificuldades em termos da mensuração dos níveis ocupacionais da mão-de-obra rural e que não podem ser tratadas da mesma forma metodológica adotada em áreas e atividades urbanas. A elevada composição de contas-próprias, trabalhadores não remunerados e trabalhadores ocupados na produção de auto-consumo dentro do conjunto da força de trabalho ocupada em atividades agropecuárias, reflete a inexatidão desta estimativa dado que um considerável nível de desemprego disfarçado e oculto pode ai estar presente. Esta é uma hipótese plausível levando-se em conta que as baixas remunerações imputáveis a estes grupos ocupacionais seriam indícios dos reduzidos níveis de utilização de seu potencial produtivo e de geração de renda monetária.

Na Tabela 1 é apresentada a composição da população ocupada em atividades agropecuárias por posição na ocupação e situação censitária. Temos 1090,7 mil trabalhadores permanentes com carteira assinada empregados em atividades primárias (que correspondem a 6,3 % da população ocupada em atividades agropecuárias) e que são subdivididos em 476,9 mil (43,7 %) com domicílio urbano e 613,8 mil (56,3 %) com domicílio rural. Existe uma quantidade de trabalhadores permanentes sem carteira praticamente no mesmo montante de (1080 mil) empregada no setor agropecuário diretamente. Isto significa que o trabalho permanente é subdividido quase que igualmente no que se refere a um vínculo empregatício estável, com garantias trabalhistas e regulamentadas por uma relação formal no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, constata-se claramente que o vínculo permanente não garante uma condição de formalidade, já que aproximadamente a metade dos trabalhadores permanentes não está assegurada com contrato.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

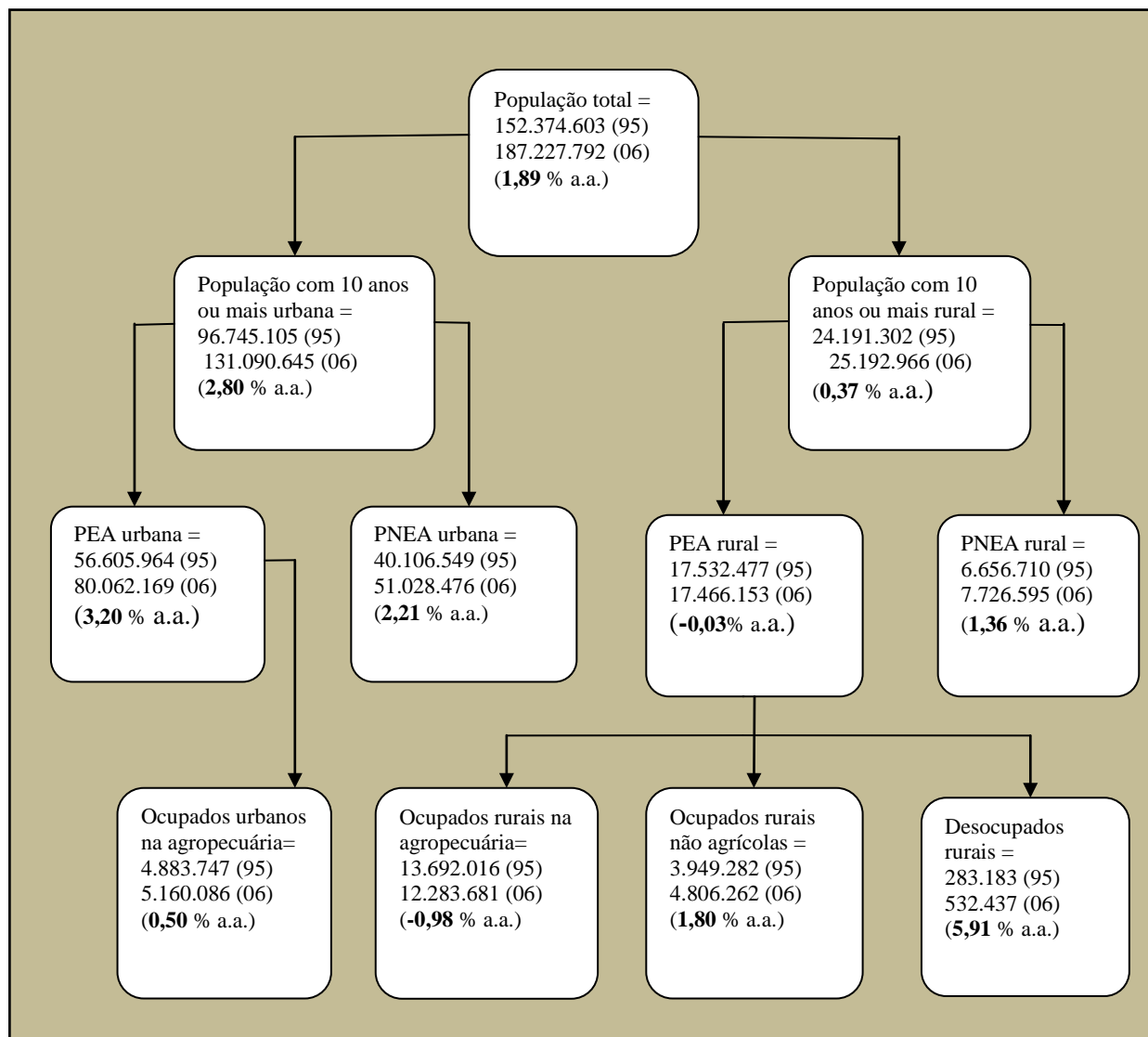


Figura 1 – Desmembramento da população total em seus componentes e suas respectivas dimensões – 1995 e 2006

Os trabalhadores temporários sem carteira assinada representam 11,5 % do total dos ocupados em atividades agropecuárias (1.988,3 mil pessoas). Verificamos que o trabalho assalariado permanente em relação ao trabalho assalariado temporário está em uma proporção de 1 para 1 praticamente para a agropecuária. No entanto, como esperado, a relação de contrato de trabalho é bastante inferior para o trabalho temporário do que para o trabalho permanente: para os trabalhadores temporários temos um percentual de 15,8% com carteira assinada enquanto que para os trabalhadores permanentes temos um percentual de 49,8 %. Como um todo, as relações formais de contratação correspondem a uma parcela de 32 % da força de trabalho assalariada. Para os trabalhadores assalariados residentes em áreas urbanas, a proporção de contratados

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

com carteira assinada é de 40,1% enquanto que para os assalariados residentes em áreas rurais esta proporção é de 26,8 %. Observa-se que as atividades agropecuárias contratam mais trabalhadores permanentes com carteira assinada (476 mil) do que empregados permanentes sem carteira assinada (344 mil) com domicílio urbano. Não estamos aqui considerando algumas relações informais de trabalho tais como os produtores contas-próprias, os trabalhadores familiares não remunerados e os trabalhadores na produção para o próprio consumo.

O que ressalta claramente tanto da Tabela 1 como do Gráfico 1 é a preponderância do trabalho não assalariado na agropecuária: 3.817,7 mil (22,1 %) para os ocupados contas-próprias trabalhando diretamente no setor, 3.518,2 mil (20,4 %) para os trabalhadores não-remunerados de membro da unidade domiciliar e 4041,2 mil (23,4 %) para os trabalhadores na produção para o próprio consumo. Para os ocupados domiciliados em áreas rurais estes percentuais correspondem a 25.1 %, 25.3 % e 22.1 % respectivamente, o que representa quase $\frac{3}{4}$ da força de trabalho rural ocupada em atividades agropecuárias. Esta cifra já é suficiente para demonstrar o enorme potencial ocupacional das relações de trabalho não assalariadas na agricultura brasileira.

É importante também destacar a relevante parcela de trabalhadores urbanos pertencentes a estas três últimas categorias: temos 768,4 mil contas próprias residentes em áreas urbanas e trabalhando na agropecuária, 443,9 mil como trabalhadores não remunerados e 1.353,3 mil como trabalhadores na produção para o próprio consumo. Isso levanta a hipótese de que as atividades de produção familiar na agropecuária não estão de forma nenhuma restritas aos domicílios rurais da mesma forma que as categorias assalariadas.

Tabela 1 – Distribuição da posição na ocupação por situação censitária – 2006 - Brasil

Posição na ocupação	Urbano	Rural	Total
Empreg. permanente com carteira nos serviços auxiliares	30,297	10,111	40,408
	74.98	25.02	100.00
	0.59	0.08	0.23
Empreg. permanente com carteira nos serviços auxiliares	16,938	9,102	26,040
	65.05	34.95	100.00
	0.33	0.07	0.15
Empregado permanente primário com carteira	476,924	613,850	1,090,774
	43.72	56.28	100.00
	9.31	5.06	6.32
Empregado permanente primário sem carteira	344,565	735,795	1,080,360
	31.89	68.11	100.00
	6.72	6.06	6.26
Empregado permanente com carteira em outra atividade	51,575	35,415	86,990
	59.29	40.71	100.00
	1.01	0.29	0.50
Empregado permanente sem carteira em outra atividade	50,335	36,512	86,847
	57.96	42.04	100.00
	0.98	0.30	0.50
Empregado temporário com carteira	270,730	102,160	372,890
	72.60	27.40	100.00
	5.28	0.84	2.16
Empregado temporário sem carteira	770,287	1,218,010	1,988,297
	38.74	61.26	100.00
	15.03	10.03	11.52
Conta própria nos serviços auxiliares	99,087	40,408	139,495
	71.03	28.97	100.00
	1.93	0.33	0.81

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Conta própria primário	768,414	3,049,266	3,817,680
	20.13	79.87	100.00
	14.99	25.12	22.11
Conta própria em outra atividade	181,788	230,986	412,774
	44.04	55.96	100.00
	3.55	1.90	2.39
Empregador nos serviços auxiliares	4,141	2,755	6,896
	60.05	39.95	100.00
	0.08	0.02	0.04
Empregador na primário	228,097	259,581	487,678
	46.77	53.23	100.00
	4.45	2.14	2.82
Empregador em outras atividades	18,897	7,099	25,996
	72.69	27.31	100.00
	0.37	0.06	0.15
Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	443,923	3,074,301	3,518,224
	12.62	87.38	100.00
	8.66	25.33	20.38
Outro trabalhador não-remunerado	15,455	25,372	40,827
	37.85	62.15	100.00
	0.30	0.21	0.24
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1,353,339	2,687,862	4,041,201
	33.49	66.51	100.00
	26.41	22.14	23.41
Total	5,124,792	12,138,585	17,263,377
	29.69	70.31	100.00
	100.00	100.00	100.00

Tabela 2 – Distribuição da posição na ocupação por grande região – 2006 - Brasil

posocup3	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Empreg. permanente com carteira nos serviços auxiliares	1.745	11.225	14.235	10.704	2.499	40.408
	4,32	27,78	35,23	26,49	6,18	100
	0,12	0,14	0,38	0,35	0,24	0,23
Empreg. permanente com carteira nos serviços auxiliares	5.532	6.354	5.909	6.127	2.118	26.040
	21,24	24,4	22,69	23,53	8,13	100
	0,37	0,08	0,16	0,2	0,2	0,15
Empregado permanente primário com carteira	43.594	238.354	498.109	144.323	166.394	1.090.774
	4,00	21,85	45,67	13,23	15,25	100
	2,89	3,01	13,43	4,69	15,83	6,32
Empregado permanente primário sem carteira	71.130	420.513	383.360	99.703	105.654	1.080.360
	6,58	38,92	35,48	9,23	9,78	100
	4,71	5,31	10,34	3,24	10,05	6,26
Empregado permanente com carteira em outra atividade	4.777	14.209	39.498	24.208	4.298	86.990
	5,49	16,33	45,41	27,83	4,94	100
	0,32	0,18	1,07	0,79	0,41	0,5
Empregado permanente sem carteira em outra atividade	5.171	47.756	20.757	9.055	4.108	86.847
	5,95	54,99	23,9	10,43	4,73	100
	0,34	0,6	0,56	0,29	0,39	0,5
Empregado temporário com carteira	5.643	111.079	225.656	13.208	17.304	372.890
	1,51	29,79	60,52	3,54	4,64	100
	0,37	1,4	6,09	0,43	1,65	2,16
Empregado temporário sem carteira	182.968	1.044.296	483.070	163.010	114.953	1.988.297
	9,2	52,52	24,3	8,2	5,78	100
	12,11	13,19	13,03	5,3	10,94	11,52
Conta própria nos serviços auxiliares	26.299	15.932	49.458	33.411	14.395	139.495
	18,85	11,42	35,46	23,95	10,32	100
	1,74	0,2	1,33	1,09	1,37	0,81
Conta própria primário	355.834	1.933.757	520.918	802.451	204.720	3.817.680
	9,32	50,65	13,64	21,02	5,36	100
	23,56	24,42	14,05	26,09	19,48	22,11
Conta própria em outra atividade	64.453	265.243	31.721	39.342	12.015	412.774
	15,61	64,26	7,68	9,53	2,91	100

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

	4,27	3,35	0,86	1,28	1,14	2,39
Empregador nos serviços auxiliares	226	1.305	898	3.120	1.347	6.896
	3,28	18,92	13,02	45,24	19,53	100
	0,01	0,02	0,02	0,1	0,13	0,04
Empregador na primário	41.393	168.333	132.708	96.896	48.348	487.678
	8,49	34,52	27,21	19,87	9,91	100
	2,74	2,13	3,58	3,15	4,6	2,82
Empregador em outras atividades	3.352	10.321	3.954	7.022	1.347	25.996
	12,89	39,7	15,21	27,01	5,18	100
	0,22	0,13	0,11	0,23	0,13	0,15
Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	335.179	1.842.247	402.797	820.491	117.510	3.518.224
	9,53	52,36	11,45	23,32	3,34	100
	22,19	23,27	10,86	26,68	11,18	20,38
Outro trabalhador não-remunerado	5.076	21.010	4.898	7.087	2.756	40.827
	12,43	51,46	12	17,36	6,75	100
	0,34	0,27	0,13	0,23	0,26	0,24
Trabalhador na produção para o próprio consumo	358.237	1.766.258	889.728	795.710	231.268	4.041.201
	8,86	43,71	22,02	19,69	5,72	100
	23,71	22,31	24	25,87	22	23,41
Total	1.510.609	7.918.192	3.707.674	3.075.868	1.051.034	17.263.377
	8,75	45,87	21,48	17,82	6,09	100
	100	100	100	100	100	100

Um relevante ponto a ser destacado é que dos 5,160 milhões de ocupados urbanos em atividades agropecuárias (ver Figura 1), 4,291 milhões (83,2 %) residem em municípios não auto-representativos (geralmente municípios de pequena população selecionados na amostra da PNAD). Isto vem corroborar afirmação desenvolvida por Veiga (2004) sobre as características eminentemente rurais destes municípios que, apesar de serem classificados como áreas urbanas, sua economia está centrada em atividades relacionadas direta ou indiretamente com a agropecuária. Dos 443,9 mil ocupados urbanos em atividades agrícolas não remuneradas de membros da unidade domiciliar, 397,0 mil (89,4 %) são moradores destes municípios. As parcelas correspondentes de trabalhadores na produção para o consumo próprio são respectivamente 1,353 milhões e 978 mil (72,3%). As parcelas marginais restantes estão situadas em municípios de áreas metropolitanas e de porte médio.

Pelo Gráfico 2 podemos observar que as relações de trabalho assalariadas correspondem a uma parcela mais elevada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (estas categorias correspondem às fatias do gráfico de cores verde - conta própria a cinza - empregados temporários sem carteira) do que nas demais regiões do país (norte, nordeste e sul). Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estas posições na ocupação representam mais do que 25 % e menos do que 50 % dos ocupados em atividades agropecuárias ao passo que nas demais regiões esta proporção é inferior a 25 %. Na região Sudeste as relações de trabalho assalariadas são 45 % do total de ocupados enquanto que na região Centro-Oeste temos quase 40 % do total de ocupados. A região Sudeste concentra 60,5 % dos empregados temporários com carteira e 45,7 % dos empregados permanentes com carteira ocupados diretamente em atividades da agropecuária de todo o país. No lado oposto da condição da formalidade das relações de trabalho assalariado, a região Nordeste acumula 52,5 % de todos os empregados temporários sem carteira de todo o país.

Todas as regiões do país tem participações relativas do trabalho de produção para o auto consumo praticamente iguais e próximas a um quarto do total de ocupados em

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

atividades agrícolas (Tabela 2). A região nordeste concentra 43,7% (1.766.258) desta categoria e 52,4% (1.842.247) dos trabalhadores não remunerados no país.

O Gráfico 1 mostra dois aspectos importantes em termos de mudanças na estrutura ocupacional no período 1995-2006. Tanto na população urbana ou na população rural ocupada em atividades da agropecuária, a proporção de trabalhadores da produção para o próprio consumo eleva-se sensivelmente (e 22,2% para 26,4% da população urbana e de 16,1% para 22,1% na população rural). Em direção oposta, a população dos trabalhadores não remunerados de membros é reduzida significativamente: de 13,1% em 1995 para 8,7% em 2006 na população urbana e de 33,2% em 1995 para 25,3% em 2006 na população rural.

Outra importante transformação no período refere-se à elevação do percentual dos empregados permanentes com carteira: para a população urbana este percentual se elevou de 7,8% em 1995 para 9,3% em 2006 enquanto que na população rural a proporção de empregados permanentes com carteira cresceu de 4,8% para 5,1%. Foi observado um movimento contrário do grupo de trabalhadores permanentes sem carteira.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS OCUPADOS NÃO REMUNERADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

O que são estes trabalhadores não remunerados e na produção para o auto consumo? Quais são as suas características demográficas, em termos de número de horas trabalhadas semanais, condição na família, renda per capita familiar, faixa etária, grau de instrução, sexo e demanda por emprego? Para tentar caracterizá-los procedemos a uma aplicação de Análise de Correspondências Múltiplas para diversas variáveis categóricas incluindo-se a posição na ocupação. Análise de correspondências múltiplas é uma técnica de análise multivariada que facilita a interpretação de uma estrutura de dados com variáveis categóricas². Aqui queremos verificar como os indivíduos (pessoas) considerando-se um conjunto de 8 variáveis categóricas: posição na ocupação,

² Uma descrição sucinta da Análise de Correspondências Múltiplas encontra-se em anexo. Os resultados numéricos das análises podem ser solicitados ao autor. Uma descrição mais detalhada desta técnica pode ser encontrada em CLAUSEN (1988) e CRIVISQUI (1993). A análise de correspondências para este trabalho foi realizada através do software STATA e orientações sobre a sua aplicação podem ser vistas em STATA CORP (2005).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural



faixa etária, demanda por trabalho, faixa de renda familiar, faixa de horas trabalhadas

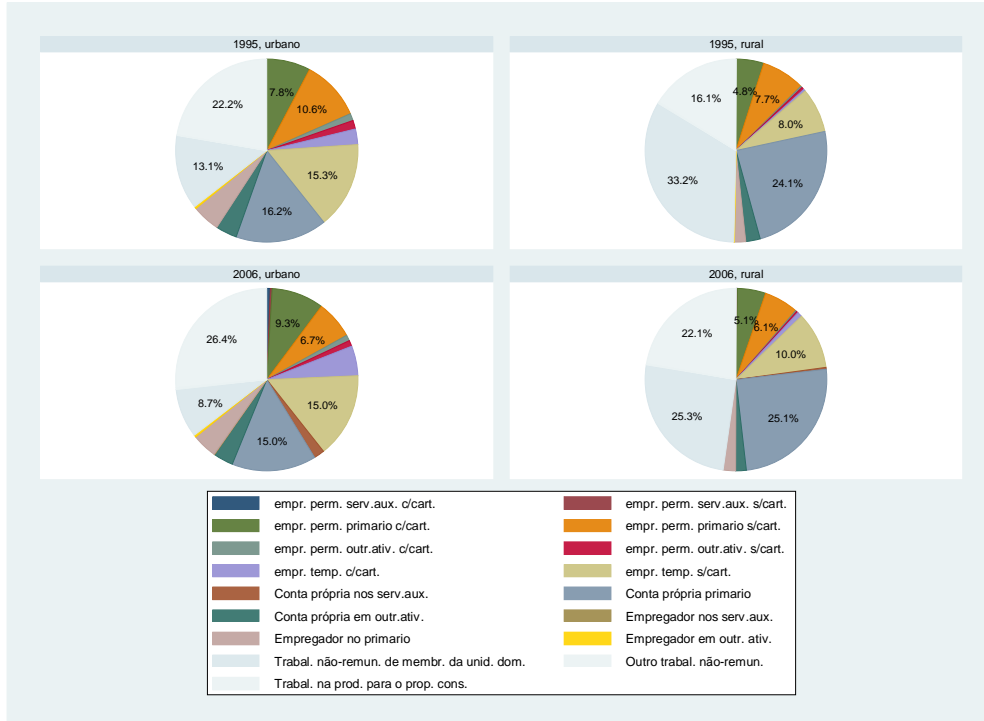


Gráfico 1 – Composição da população ocupada em atividades agrícolas por situação censitária – Brasil – 1995 e 2006

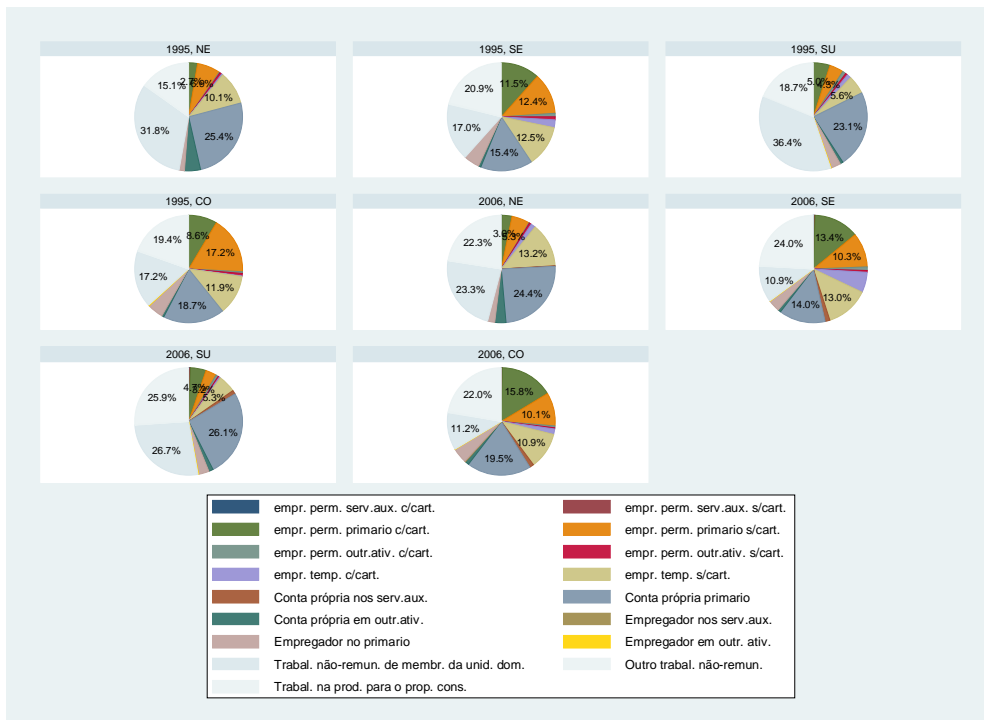


Gráfico 2 – Distribuição da posição na ocupação em atividades agropecuárias por Grande Região – 1995 e 2006



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



totais, sexo, condição na família e grupos de anos de estudo. Neste trabalho estamos apenas apresentando apenas os resultados gráficos desta técnica.

O resultado visual deste procedimento é apresentado no Gráfico 3. Esta representação de uma estrutura multivariada de informações é uma simplificação dada por uma projeção em um sistema de coordenadas que são representadas em um plano e que são as dimensões extraídas através da técnica. O procedimento facilita a compreensão da estrutura de relacionamento entre as distintas categorias das variáveis consideradas na análise. Categorias de variáveis que estão próximas no plano são indicações para que existam grupos de indivíduos que apresentam estas categorias em comum. Chamaremos a estes grupos de categorias, que mantêm proximidade comum no plano de representação, de grupos de correspondências.

Através do Gráfico 3 conseguimos distinguir 5 grupos de correspondências. O Grupo 1 refere-se ao conjunto de mulheres, cônjuges, com até 14 horas trabalhadas por semana e de certa forma com atração pela categoria sem rendimento familiar e com atividades voltadas para a produção de auto-consumo. O Grupo 2 é formado pelos trabalhadores não remunerados que basicamente se constituem de filhos com idade de 10 a 20 anos. O Grupo 3 é formado pelos trabalhadores assalariados e contas-próprias com mais de 45 horas de trabalho semanais, responsáveis da família e agregados.³

4. A DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DA AGROPECUÁRIA

Com exceção da categoria “Trabalhadores na produção para o próprio consumo”, para todas as demais categorias de posição ocupação observa-se uma redução do número de horas médias trabalhadas no período 1995 a 2006 (**Tabela 3**). Verifica-se também que para a categoria “Trabalhadores não remunerados de membros da unidade domiciliar” ocorre o decréscimo de uma média de 31,96 horas trabalhadas 1995 para 27,91 em 2006. A descrição dessa categoria encontra-se no apêndice 3 desse trabalho e se refere basicamente aos trabalhadores familiares que contribuem com a produção do domicílio voltada para o mercado e que não recebem remuneração. Por outro lado, além de ocorrer uma elevação na participação relativa dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (conforme Gráfico 1), no conjunto da população ocupada em atividades agropecuárias entre 1995 e 2006, ocorre também uma elevação do número de horas médias trabalhadas neste período e para esta categoria de posição da ocupação.

³ As definições das variáveis e categorias utilizadas no Gráfico 3 são apresentadas no Anexo 1, que seguem o que é descrito em IBGE (1998).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

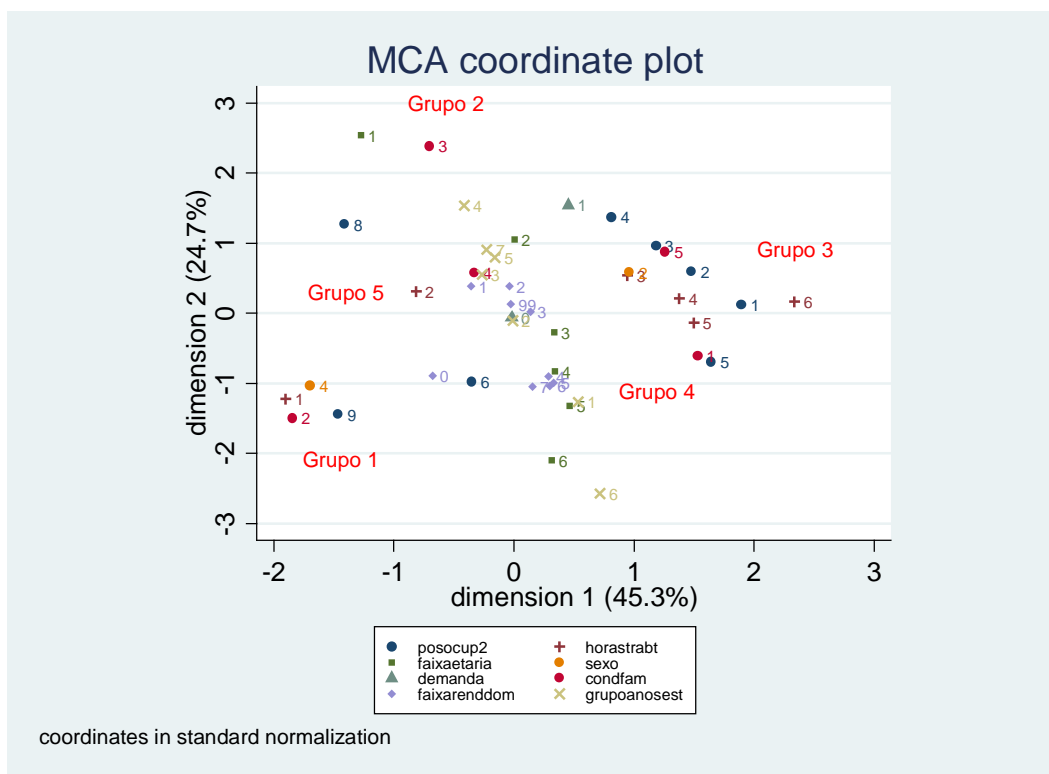


Gráfico 3 – Diagrama Bi-Plot de coordenadas de dimensões extraídas por análise de correspondências – ocupados na agropecuária rural – 2006

Podemos verificar também através da um efeito combinado da redução do número de horas médias dos trabalhadores não remunerados com a sua redução na participação relativa dos ocupados na agropecuária (Gráfico 1) resultando em uma redução do total de horas trabalhadas para esta categoria de posição ocupação de 26,11% em 1995 para 17,60% em 2006. Já para a categoria de trabalhadores da produção para o próprio consumo o efeito combinado do aumento de sua participação relativa do total de ocupados na agropecuária com o aumento do número de horas médias de trabalho resulta em um acréscimo de 7,28% em 1995 a 12,59% em 2006 no total de horas trabalhadas. Esta é uma informação importante porque mostra que praticamente 30% do esforço ocupacional (medido em termos de quantidade de horas acumuladas de trabalho) em atividades da agropecuária está concentrado em formas ocupacionais não remuneradas.

Para a análise da distribuição da população ocupada nos diversos setores de atividade da agropecuária iremos utilizar uma informação contida na PNAD que se refere à atividade principal do empreendimento a que a pessoa tinha trabalho na semana de referência. A semana de referência da PNAD é a primeira semana de setembro e conseqüentemente isto introduz possíveis distorções na identificação quantitativa dos setores de atividades dos ocupados. No entanto, como o IBGE vincula esta informação à atividade principal do empreendimento (e não da pessoa) iremos considerá-la como indicador da composição setorial das ocupações, se restringido a análise as variações no

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

período. Pela **Tabela 4** verifica-se que as atividades que mais ocuparam (tanto em 1995 como e 2006) foram o cultivo do milho (13,71% em 1995 e 10,08% em 2006), a criação de bovinos (16,34% em 1995 e 18,44% em 2006), o cultivo de mandioca (8,68% em 1995 e 7,84% em 2006).

Na mesma **Tabela 4** são apresentados os totais de horas trabalhadas por setor de atividade. Os setores que mais incorporam tempo acumulado de trabalho são também a criação de bovinos (que cresceu em participação relativa de 19,51% em 1995 para 21,98% em 2006, apesar de ter decrescido em termos absolutos a uma taxa de -5,95% no mesmo período), o milho (com participação relativa de 10,08% em 2006) e a mandioca (com participação relativa de 7,45% em 2006). A maior parte das atividades teve redução absoluta em termos de horas de trabalho no período 1995-2006, com exceção do cultivo do fumo (com acréscimo de 62,2%), a banana (com acréscimo de 12,1%) e a aqüicultura (com expansão de trabalho incorporado de 45%). As atividades relacionadas à produção dos principais alimentos (arroz, milho, mandioca e cultivo de hortaliças) concentram quase 30% do total de horas trabalhadas pelos ocupados na agropecuária em 2006.

Estas atividades são, portanto aquelas que concentram a maior parte dos trabalhadores na produção de subsistência. Mas este grupo de atividades vem perdendo participação relativa no conjunto das atividades da agropecuária em termos de horas trabalhadas, de 35,1% em 1995 para 28,6%. O setor agropecuário como um todo reduz a quantidade de horas trabalhadas em 16,5% no período 1995-2006, ao passo que apenas estas quatro atividades se contraem 35,9% no mesmo período.

Tabela 3 – Número médio e total de horas de trabalho na atividade principal por posição na ocupação – 1995 e 2006

Posição na ocupação	Média (horas)		Total (horas)		Total (%)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Empregados Permanentes primário c/carteira assinada	50,43	48,85	51.480.698	52.048.768	8,32	10,13
Empregados permanentes primário s/carteira assinada	47,83	45,41	73.553.461	47.242.744	11,88	9,19
Empregados temporários c/carteira assinada	48,33	48,02	8.790.806	17.825.205	1,42	3,47
Empregados temporários s/carteira assinada	43,56	39,61	78.801.476	75.215.865	12,73	14,63
Conta própria primário	44,32	41,17	176.741.066	146.728.050	28,55	28,55
Empregador no primário	45,36	42,38	22.998.420	19.762.997	3,71	3,85
Trabalhadores não-remun. de membros da unid. domic.	31,96	27,91	161.620.951	90.440.920	26,11	17,60
Trabalhadores na produção para o próprio consumo.	13,99	16,91	45.091.452	64.690.727	7,28	12,59
Total	35,74	33,22	619.078.330	513.955.276	100,00	100,00

Na análise ocupacional um importante aspecto a ser estudado é o das relações existentes entre as atividades setoriais e as posições na ocupação. Para isto foi realizada uma Análise de Correspondências para constatar as associações existentes entre as características (modalidades) destas duas variáveis para o ano de 2006. Os resultados desta análise são apresentados de forma analógica no Gráfico 4 e no Gráfico 5. As definições das modalidades (categorias) para estas variáveis são realizadas no Anexo 2. Pelo Gráfico 4 observam-se 4 grupos de correspondências entre modalidades da variável setor de atividade e da variável posição na ocupação. O primeiro grupo



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



corresponde à associação entre a modalidade de código 17 (trabalhadores na produção para o próprio consumo) e os setores de atividade: 5001 (Pesca e serviços relacionados), 1110 (Cultivo de hortaliças), 1205 (Criação de aves) e 5002 (Aqüicultura e serviços relacionados).

Outro grupo de correspondências (Grupo 2) é aquele formado pela modalidade 7 (empregados temporários sem carteira) da variável posição na ocupação e a modalidade 1105 (Cultivo de cana-de-açúcar). No grupo 3 a categoria 3 (empregado permanente com carteira assinada) apresenta correspondência com as atividades 1104 (cultivo de algodão herbáceo), 1113 (cultivo de café) e 2001 (silvicultura e exploração florestal). O Grupo 4 é formado por dois conjuntos de associações entre modalidades. No primeiro subgrupo, temos a modalidade 4 (empregado permanente primário sem carteira) em correspondência com a atividade 1201 (criação de bovinos). No segundo subgrupo, temos as modalidades 10 (trabalhador conta própria primário) e 15 (trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar) em correspondência com as atividades de códigos 1116 (cultivo de banana), 1108 (cultivo de mandioca), 1300 (produção mista: lavoura e pecuária), 1102 (cultivo de milho) e 1101 (cultivo de arroz).

Para a construção do Gráfico 5 foram retiradas da análise as modalidades que correspondem aos grupos 1 e 2 do Gráfico 4. Procedeu-se desta forma para que fosse possível analisar em detalhe as correspondências pertencentes aos grupos 3 e 4 do Gráfico 4 (trabalhadores permanentes com carteira e sem carteira). Pelo Gráfico 5 podemos discernir 3 grupos de correspondências entre as modalidades das duas características investigadas (setor de atividade e posição na ocupação). O Grupo 1 refere-se a correspondência existente entre a categoria 3 da variável posição na ocupação (empregado permanente primário com carteira) e as atividades de códigos 2001 (Silvicultura e exploração florestal), 1104 (Cultivo de algodão herbáceo), 1107 (Cultivo de soja), 1114 (Cultivo de cacau) e 1113 (cultivo de café). No Grupo 2 observamos a correspondência entre a categoria 4 da variável posição na ocupação (empregado permanente primário sem carteira) e a atividade de código 1201 (criação de bovinos). No Grupo 3 destaca-se a correspondência entre as posições na ocupação de códigos 10 (trabalhador conta própria primário) e 15 (trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar) e as atividades de códigos 1116 (banana), 1300 (Produção mista – lavoura e pecuária), 1101 (arroz), 1206 (Apicultura), 1102 (milho), 1106 (fumo), 1108 (mandioca).

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**Tabela 4 – Distribuição da população ocupada na agropecuária por setor de atividade – 1995 e 2006**

Setor	População ocupada		População ocupada (%)		Número de horas trabalhadas médio		Número total de horas trabalhadas		Número total de horas trabalhadas (%)		Variação (%) do número de horas trabalhadas (1995-2006)
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006	
Cultivo de arroz	1.038.128	652.143	5,72	4,00	39,23	35,6	40.727.149	23.216.008	6,24	4,26	-43
Cultivo de milho	2.488.460	1.642.121	13,71	10,08	38,09	33,41	94.779.292	54.867.928	14,53	10,08	-42,11
Cultivo de algodão herbáceo	236.051	9.065	1,3	0,06	36,69	41,06	8.661.036	372.220	1,33	0,07	-95,7
Cultivo de cana-de-açúcar	703.571	608.305	3,88	3,74	46,93	46,01	33.015.152	27.963.695	5,06	5,14	-15,3
Cultivo de fumo	304.049	466.934	1,67	2,87	41,92	44,27	12.745.444	20.671.237	1,95	3,8	62,19
Cultivo de soja	472.749	300.402	2,6	1,84	48,48	44,05	22.918.356	13.234.145	3,51	2,43	-42,26
Cultivo de mandioca	1.575.046	1.276.653	8,68	7,84	34,63	31,79	54.543.881	40.584.401	8,36	7,45	-25,59
Cultivo de hortaliças	1.358.723	1.621.081	7,48	9,96	28,55	22,98	38.788.054	37.247.738	5,95	6,84	-3,97
Cultivo de café	731.997	604.540	4,03	3,71	42,66	40,7	31.229.285	24.605.243	4,79	4,52	-21,21
Cultivo de cacau	158.162	107.352	0,87	0,66	39,4	38,34	6.230.860	4.116.133	0,96	0,76	-33,94
Cultivo de banana	164.414	186.234	0,91	1,14	36,62	36,24	6.021.391	6.749.784	0,92	1,24	12,1
Criação de bovinos	2.965.528	3.002.579	16,34	18,44	42,93	39,88	127.265.597	119.688.741	19,51	21,98	-5,95
Criação de aves	2.082.094	1.551.910	11,47	9,53	13,78	12,74	28.684.345	19.768.867	4,4	3,63	-31,08
Apicultura	54.732	20.402	0,3	0,13	42,84	28,43	2.344.524	579.979	0,36	0,11	-75,26
Produção mista: lavou	82.877	67.935	0,46	0,42	37,59	41,95	3.101.326	2.849.762	0,48	0,52	-8,11
Silvicultura e exploração florestal	541.334	345.934	2,98	2,12	36,61	36,62	19.820.340	12.666.455	3,04	2,33	-36,09
Pesca e serviços rela	486.853	348.857	2,68	2,14	37,6	36,11	18.303.357	12.556.560	2,81	2,31	-31,4
Aqüicultura e serviço	9.426	14.401	0,05	0,09	42,53	40,36	400.915	581.249	0,06	0,11	44,98
Categorias sem correspondência entre 1995 e 2006	2.700.048	3.456.955	14,87	21,23	38,06	35,34	102.705.835	122.160.499	15,75	22,44	18,94
Total	18.154.242	16.283.803	100	100			652.286.139	544.480.644	100	100	-16,53

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Tabela 5 – Rendimento médio do trabalho principal por setor de atividade – 1995 e 2006

setor	1995	2006
Cultivo de arroz	59,25	132,10
Cultivo de milho	56,53	94,90
Cultivo de algodão herbáceo	65,75	384,38
Cultivo de cana-de-açúcar	168,35	449,59
Cultivo de fumo	70,25	267,72
Cultivo de soja	194,82	624,87
Cultivo de mandioca	45,72	98,92
Cultivo de hortaliças	57,85	103,94
Cultivo de café	124,14	326,39
Cultivo de cacau	97,05	227,78
Cultivo de banana	76,37	267,93
Criação de bovinos	147,78	335,92
Criação de aves	14,79	39,66
Apicultura	90,15	347,01
Produção mista: lavoura e pecuária	107,97	279,08
Silvicultura e exploração florestal	86,35	267,76
Pesca e serviços relacionados	115,39	204,13
Aqüicultura e serviços relacionados	264,88	373,50
Categorias sem correspondência entre 1995 e 2006	91,09	195,49

5. CONCLUSÕES

O trabalho teve como principal objetivo analisar a estrutura ocupacional relacionadas às atividades agropecuárias do Brasil, dando especial destaque as atividades não remuneradas e tentou-se caracterizar o perfil das principais posições ocupacionais com as atividades. Constatou-se que praticamente $\frac{3}{4}$ da força de trabalho ocupada na agropecuária é não assalariada (trabalhadores contas-próprias, não remunerados e na produção para o próprio consumo). Não se pode fazer uma identificação exata entre estas categorias e a produção familiar, mas este é de qualquer forma um indicativo da forte presença desta forma de organização produtiva no contexto da agropecuária do Brasil, apesar de todas as mazelas e descaminhos da política agrícola no País. O trabalho também destaca a elevada participação de trabalhadores residentes em áreas urbanas (basicamente pequenos municípios) em atividades da agropecuária.

Foi observado que no período 1995 a 2006 ocorreu uma significativa elevação da participação relativa dos trabalhadores na produção para o próprio consumo na composição dos ocupados em atividades agropecuárias. O trabalho concentrou-se na caracterização das formas não remuneradas de trabalho agrícola. Os trabalhadores ocupados na produção para o auto consumo constituem-se basicamente de mulheres, cônjuges, com número reduzido de horas trabalhadas. Os trabalhadores não remunerados constituem-se basicamente de filhos com idade de 10 a 20 anos. O estudo



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



identificou que praticamente 30% do esforço ocupacional (medido em termos de quantidade de horas acumuladas de trabalho) em atividades da agropecuária está concentrado em formas ocupacionais não remuneradas. Além disto vem se observando uma redução do número médio de horas trabalhadas com exceção de algumas posições na ocupação (produção para o próprio consumo) e algumas atividades. Finalmente, o trabalho destaca as relações (associações de correspondências) existentes entre formas ocupacionais e atividades da agropecuária.

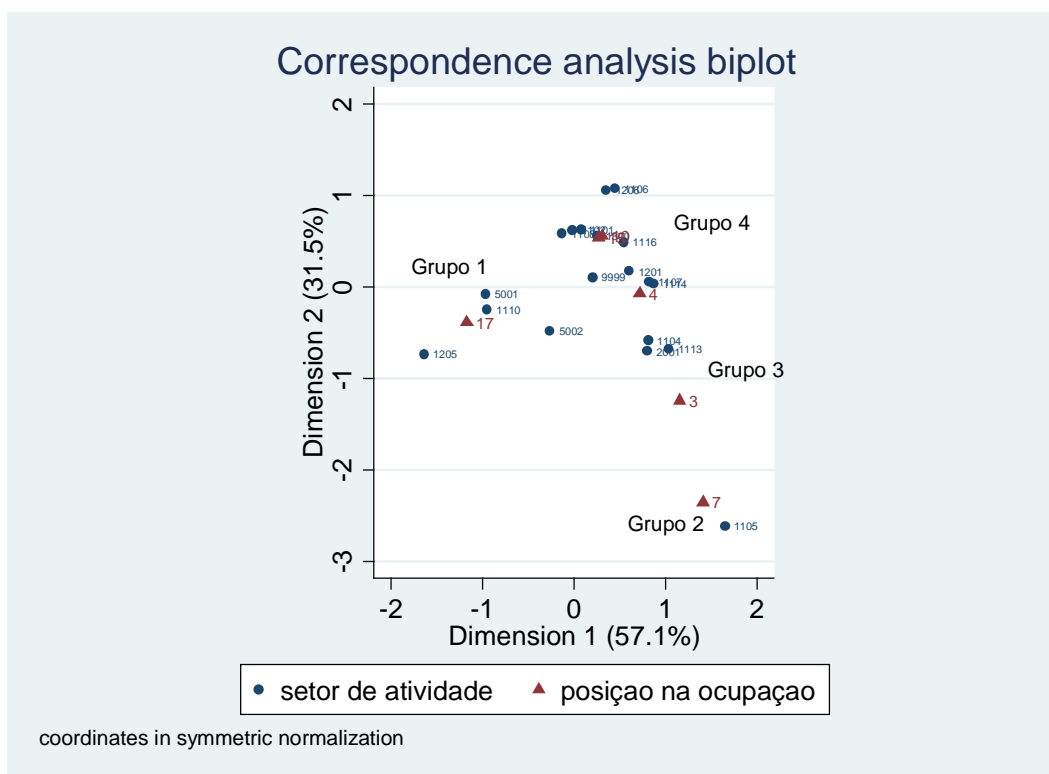


Gráfico 4 – Diagrama Biplot para resultados de análise de correspondências entre as variáveis - setor de atividade e posição na ocupação (para atividades agropecuárias) – 2006



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

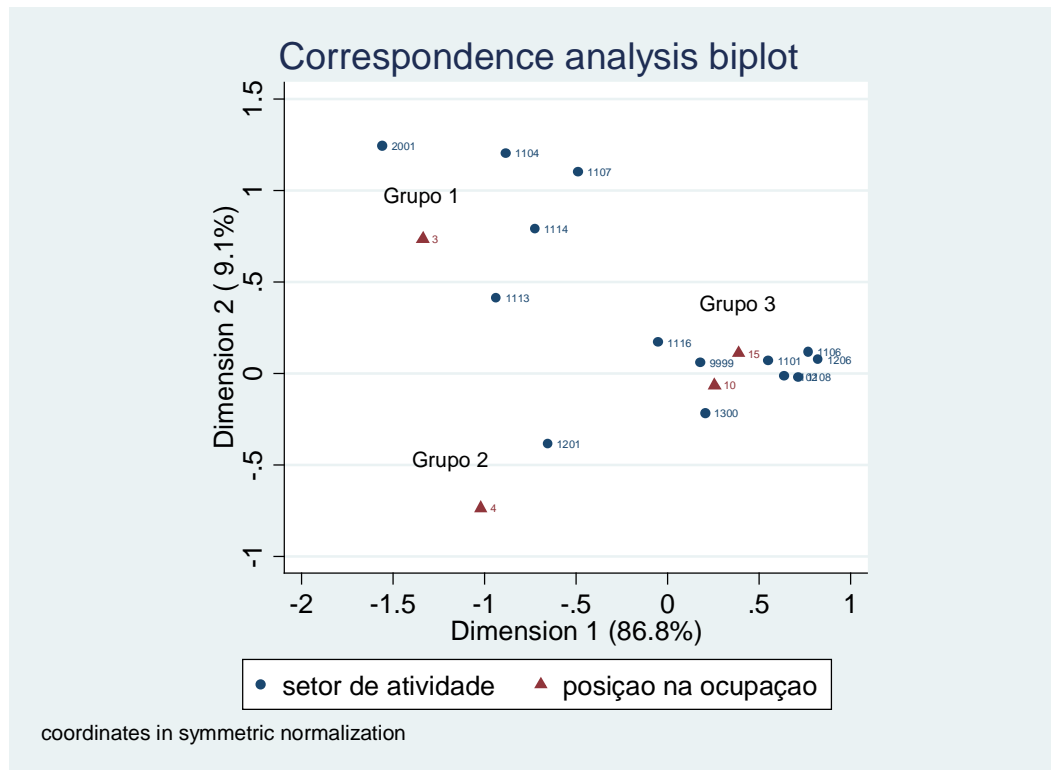


Gráfico 5 – Diagrama Biplot (detalhe) para resultados de análise de correspondências entre as variáveis - setor de atividade e posição na ocupação (para atividades agropecuárias) – 2006

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUROUCHE, J.M. e SAPORTA, G. (1982). Análise de Dados. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- CLAUSEN, S. E. (1988). Applied Correspondence Analysis: An Introduction. Sage University Papers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences. 07-121. Thousand Oaks, CA: Sage.
- CRIVISQUI, E. (1993). Analisis Factorial de Correspondencias: un instrumento de investigación en ciencias sociales. Edición del Laboratorio de Informática Social, Universidad Católica de Asuncion.
- IBGE. (1998). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 1998 - Manual de Entrevista. Diretoria de Pesquisas – Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro.
- STATA CORP, (2005). Stata Statistical Software. Release 9. College Station , TX: StataCorp LP.
- VEIGA, J. E. (2004). A Dimensão Rural do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 22, abril 2004, pp. 21-33.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**ANEXO 1** – Definição das variáveis e categorias utilizadas no Gráfico 3

Código da variável	Descrição da variável	Categorias
posocup2	Posição na ocupação	1 "empregado permanente com carteira", 2 "empregado permanente sem carteira", 3 "empregado temporário com carteira", 4 "empregado temporário sem carteira", 5 "conta própria em atividade. primaria", 6 "conta própria em outra atividade", 7 "empregador em atividade primaria", 8 "trabalhador não remunerado", 9 "trabalhador na produção de subsistência"
faixaetaria	Faixa de idade	1 "de 10 a menos de 20 anos" 2 – "de 20 a menos de 30 anos" 3 – "de 30 a menos de 40 anos" 4 – "de 40 a menos de 50 anos" 5 – "de 50 a menos de 60 anos" 6 – "60 ou mais anos"
demanda	Procurou trabalho na semana de referencia e tomou alguma providencia para isto.	1 "procurou trabalho" 0 "não procurou trabalho"
faixarenddom	Faixa de renda do domicilio	0 - Sem rendimento, 1 - Até ¼ salário mínimo, 2 - Mais de ¼ até ½ salário, 3 - Mais de ½ até 1 salário, 4 - Mais de 1 até 2 salários, 5 - Mais de 2 até 3 salários, 6 - Mais de 3 até 5 salários, 7 - Mais de 5 salários, 99 - Sem declaração
horastrabt	Horas de trabalho em todos os trabalhos	1 "Até 14 horas" 2 "15 a 39 horas" 3 "40 a 44 horas" 4 "45 a 48 horas" 5 "49 horas ou mais" 6 "Sem declaração"
sexo	Sexo	2 – masculino 4 – feminino
condfam	Condição na família	1 - Pessoa de referência, 2 – Cônjuge, 3 – Filho, 4 - Outro parente, 5 – Agregado, 6 – Pensionista, 7 - Empregado doméstico, 8 - Parente do empregado doméstico
grupoanosest	Grupos de anos de estudo	1 - Sem instrução e menos de 1 ano, 2 - 1 a 3 anos, 3 - 4 a 7 anos, 4 - 8 a 10 anos, 5 - 11 a 14 anos, 6 - 15 anos ou mais, 7 - Não determinados e sem declaração

ANEXO 2 – Definição das variáveis e categorias utilizadas no Gráfico 4 e no Gráfico 5

Variável	Categorias
Setor de atividade	1101 "Cultivo de arroz" 1102 "Cultivo de milho" 1103 "Cultivo de outros cereais para grãos" 1104 "Cultivo de algodão herbáceo" 1105 "Cultivo de cana-de-açúcar" 1106 "Cultivo de fumo" 1107 "Cultivo de soja" 1108 "Cultivo de mandioca" 1109 "Cultivo de outros produtos de lavoura temporária" 1110 "Cultivo de hortaliças ..." 1111 "Cultivo de flores ..." 1112 "Cultivo de frutas cítricas" 1113 "Cultivo de café" 1114 "Cultivo de cacau" 1115 "Cultivo de uva" 1116 "Cultivo de banana" 1117 "Cultivo de outros prod. de lavoura permanente" 1118 "Cultivos agrícolas mal especificados" 1201 "Criação de bovinos"

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

	1202 "Criação de outros animais de grande porte" 1203 "Criação de ovinos" 1204 "Criação de suínos" 1205 "Criação de aves" 1206 "Apicultura" 1207 "Sericultura" 1208 "Criação de outros animais" 1209 "Criação de animais mal especificados" 1300 "Produção mista: lavoura e pecuária" 1401 "Atividades de serviços relacionados com a agricultura" 1402 "Atividades de serviços relacionados com a pecuária." 1500 "Caça, repovoamento cigético e serviços relacionados" 2001 "Silvicultura e exploração florestal" 2002 "Atividades de serviços relacionados com a silvicultura" 5001 "Pesca e serviços relacionados" 5002 "Aquicultura e serviços relacionados" 9999 "sem correspondência 1995 e 2006"
Posição na ocupação	1 "empr. perm. serv.aux. c/cart." 2 "empr. perm. serv.aux. s/cart." 3 "empr. perm. primario c/cart." 4 "empr. perm. primario s/cart." 5 "empr. perm. outr.ativ. c/cart." 6 "empr. perm. outr.ativ. s/cart." 7 "empr. temp. c/cart." 8 "empr. temp. s/cart." 9 "Conta própria nos serv.aux." 10 "Conta própria primario" 11 "Conta própria em outr.ativ." 12 "Empregador nos serv.aux." 13 "Empregador no primario" 14 "Empregador em outr. ativ." 15 "Trabal. não-remun. de membr. da unid. dom." 16 "Outro trabal. não-remun." 17 "Trabal. na prod. para o prop. cons.",add

ANEXO 3 – DEFINIÇÕES EMPREGADAS PELO IBGE

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar – pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

Trabalhador na produção para o próprio consumo – pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora por semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Quesito 7 – qual era a atividade principal do empreendimento (negocio, firma, empresa, instituição, entidade, etc.) Em que ... Tinha trabalho?

Este quesito visa a identificar a atividade principal do empreendimento em que a pessoa tinha trabalho na semana de referencia, ou seja, a principal finalidade ou ramo do



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



negocio, firma, instituição, empresa ou a entidade a que ela prestava serviços, ou a natureza da atividade exercida para a pessoa que trabalhava por conta própria.